

O CONCEITO DE FORMA NA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

Jarbas Maciel

da Universidade Federal de Pernambuco

Os padrões de explicação que caracterizam a ciência grega clássica foram claramente inspirados pelo estudo da forma, seja a forma dos corpos em geral, objeto da geometria, seja a forma dos seres vivos, objeto da biologia. Platão, o primeiro a conceber de modo claro e articulado a ciência como um "sistema dedutivo", julgava que o verdadeiro papel da ciência consistia em descobrir a estrutura da natureza. Aristóteles, que codificou em bases definitivas a "ciência dedutiva" de Platão, no **Organon** (principalmente nos **Analíticos Posteriores**), descendia de uma família de tradição médica — seu pai, Nicômaco, como se sabe, era o médico da corte de Amintas II, pai de Filipe da Macedônia — e, além de ter estudado e praticado a "arte de Esculápio" antes de ir para a Academia em Atenas, escreveu cinco livros de biologia, que constituem um verdadeiro tratado de morfologia descritiva.

Estas duas fontes de que derivaram os cânones da explicação científica clássica, tal como os gregos a concederam — a geometria e a biologia —, encontravam, entretanto, um princípio unificador no fato de que os gregos encaravam tanto os fenômenos físicos (inanimados) quanto os biológicos (animados) em termos de uma causa final. Para os gregos, uma explicação científica era, antes de tudo, uma explicação teleológica.

A ciência moderna encara as coisas de um ponto de vista radicalmente diferente. Para ela, há uma clivagem irreduzível entre a biologia e as demais ciências, além do que ela tende a considerar, em geral, a explicação teleológica como uma explicação ir-

remediavelmente curantista. O que não significa que os biólogos modernos deixem de assinalar a característica de finalidade dos fenômenos típicos da matéria viva. Pelo contrário, para eles, "os processos vitais apresentam um caráter finalista; os organismos são capazes de auto-regulação, auto-manutenção e auto-reprodução, e suas atividades parecem ser dirigidas para a consecução de objetivos que estão no futuro" (1).

Não admira, pois, que se tenha sempre reivindicado para a história — que, no fundo, não deixa de ser uma ciência da vida — uma posição **sui generis** dentre as demais ciências, de que a dicotomia entre "ciências nomotéticas" e "ciências idiográficas", de Windeband, ou entre o "universo como natureza" e o "universo como história", de Spengler e Goethe, constitui o melhor indicador.

Todavia, da mesma maneira que, entre o programa epistemológico da física — que, em última análise, investiga as características estruturais dos seres inanimados — e o programa da biologia — que investiga as características morfológicas das plantas e dos animais — estabeleceu-se uma afinidade natural que torna esses programas justificadamente comparáveis entre si, bem assim caberia indagar se não seria de algum modo possível estabelecer uma ponte entre essas ciências e a ciência histórica.

A resposta será tanto mais afirmativa quanto mais o conceito de forma convier à compreensão ou interpretação histórica. É ao exame desta difícil (e controversa) questão que o presente trabalho está dedicado.

Na palavra lúcida de Djacir Menezes, "o homem é ser histórico, como **elo de uma longa cadeia biológica, em sociedade** que resulta de longo processo" (2). Spengler, sensível ao significado profundo dessa inserção do homem numa "longa cadeia biológica", chegou a ensaiar em "A Decadência do Ocidente" (3) uma morfologia histórica comparativa — que ele concebia como uma teoria das "protoformas biográficas universais", verdadeira "lógica do tempo" ou "simbólica universal" — mas terminou por perder-se num subjetivismo injustificado e hoje totalmente superado. A historiografia contemporânea evoluiu segundo outras linhas aparentemente menos ambiciosas, porém infinitamente mais ricas de possibilidades. Embora algumas tendências, dentre as mais respeitáveis, tenham pendido para uma atitude "intuicionista" radical diante do problema da história, como é, por exemplo, o caso de Jacques Barzoum — que chegou mesmo a afirmar: "a história não tem método ou métodos" e a comparar a atitude própria ao historiador com o "esprit de finesse" de Pascal, contra o perigo sempre presente de uma ingerência indevida do "esprit de geometrie" (4) no discurso histórico — pois bem, apesar disso a questão do método e o interesse pelos novos métodos trazidos em auxílio à investigação histórica pelas ciências sociais permaneceram vivos e chegaram a influenciar profundamente o ensino da história nas universidades. Vemos, assim, entre nós, José Honório Rodrigues afirmar em um seu livro seminal: "A grande tarefa do ensino universitário da história é mostrar como se investiga, como se manejam as fontes, como se aplicam os métodos e a crítica, como se doutrina e interpreta o material colhido e criticado, na tentativa de recriar o passado numa composição ou síntese histórica" (5).

Ora, a questão do método é uma questão lógica e, por conseguinte, em última análise, uma questão de forma. Forma lógica. Mas, forma (lógica) de que?

Forma (lógica) da explicação, ou melhor, da interpretação ou da compreensão históricas.

Por mais difíceis que sejam os problemas epistemológicos implícitos no ofício do historiador, este fato permanece: o de que a interpretação histórica possui uma forma (lógica), não importa quão sutil ou mesmo vaga, e é o produto final de um processo intelectual que possui todas as principais características daquilo a que se convencionou chamar de método científico. Essa forma, bem como esse método — raramente explícitos —, dão à interpretação aquela qualidade insubstituível de coerência

interna, dependendo deles, por isso mesmo, em grande parte, o poder explanatório dessa interpretação.

Ernest Nagel (6) resumiu magistralmente a crítica deste problema desenvolvida recentemente pelos epistemólogos mais ligados à chamada filosofia analítica.

Podemos, assim, de acordo com a exegese analítica, encarar a explicação histórica como essencialmente genética, o que implica também em dizer probabilística. Quer dizer, em geral, uma explicação genética de um determinado acontecimento (que nós vamos chamar aqui de acontecimento primário) consistiria basicamente de uma sequência de explicações probabilísticas, apresentando a particularidade de que as premissas desse discurso se referem a acontecimentos (que nós vamos chamar aqui de acontecimentos secundários) que ocorrem em períodos diferentes e sucessivos e que são, na melhor das hipóteses, apenas algumas das condições necessárias à ocorrência do acontecimento primário. Em razão da extrema complexidade da realidade histórica, geralmente o acontecimento primário a explicar ou interpretar constitui um agregado de acontecimentos (secundários), resultantes das ações de muitos homens e se materializando em ocorrências tais como guerras, crises econômicas e políticas, novas instituições sociais, etc. Os acontecimentos históricos, de fato, quando analisados profundamente em suas verdadeiras dimensões, revelam-se singularmente constituídos por uma filigrana riquíssima, cujos fios pertencem às mais variadas manifestações da cultura humana — costumes, arte, religião, filosofia, ciência. Braudel, por exemplo, descrevendo o programa da escola histórica francesa que ele lidera, afirma: "Partimos da idéia de que não existe uma história em estado puro, mas sim uma história ligada a todas as ciências humanas" (7). O acontecimento primário, por isso, é mais do que um agregado de acontecimentos (secundários) — é todo um sistema de acontecimentos, a que chamaremos também de objeto histórico do investigador. Este, não podendo atacar o agregado de acontecimentos diretamente em sua (enorme) complexidade, vale-se desta sua característica de sistema para analisá-lo em um certo número de partes ou aspectos. Isto supõe, naturalmente, uma boa dose de seleção, uma vez que a decomposição do seu objeto histórico em um certo número de acontecimentos parciais vai depender muito da capacidade de compreensão do historiador, de sua ideologia. Porque o objeto da investigação histórica não se esgota nos fatos, que não podem constituir nenhum absoluto fóra e independente do investigador. "Todo pensamento histórico está ligado à posição concreta da vida do historiador (...), à situação do intérprete (...) (que) possui a ideologia de sua época, ou de seu grupo social", ensina José Honório Rodrigues em seu mais recente livro (8). Esta seleção — que, no fundo, é o resultado da abstração e que tem como objetivo permitir uma simplificação do objeto histórico, tornando-o mais dócil à análise e à interpretação — constitui um dos mais graves problemas epistemológicos da metodologia histórica. Vemos Stern, por exemplo, afirmar em seu livro "The Varieties of History" (de 1956): "todos os problemas que estão no centro da metodologia e da epistemologia em história decorrem do fato de um conhecimento objetivo do passado só poder ser atingido através da experiência subjetiva daquele que o estuda". É uma seleção feita, ademais, segundo uma perspectiva muito típica do historiador: a análise procura inicialmente mostrar certas características globais do acontecimento primário como resultantes de uma combinação particular de acontecimentos-componentes; em seguida, ela passa a mostrar as razões por que esses componentes ocorreram conjuntamente, ou melhor, concorreram para a ocorrência efetiva do acontecimento primário. Embora devamos retornar logo mais a este problema de seleção com que se depara o historiador, imaginemos que ela foi feita adequadamente. Tipicamente, então, o investigador deverá já estar numa posição em que será possível distinguir no seu objetivo histórico as causas imediatas (alguns autores chamam de causas "precipitadoras" do acontecimento primário) e as causas subjacentes.

Neste ponto, o historiador vê-se diante do que Barraclough chama de o problema das três componentes habituais da investigação histórica — a conjuntura, a estrutura e os acontecimentos (9) —, correspondendo aos três "tempos" de Braudel — o "tempo geográfico", o "tempo social" e o "tempo individual". Esta distinção, de fundamental importância para a metodologia histórica, consolidou-se a partir dos trabalhos da Escola

dos "Annales" (Lucien Febvre, Marc Bloch, Labrousse), do estruturalismo antropológico e linguístico (Lévi-Strauss, Jakobson e outros) e, naturalmente, da contribuição de Max Weber. Mas as suas origens remontam ao pensamento de Hegel.

A realidade histórica, como assinala José Honório Rodrigues, é um complexo de realidades — "realidades conjunturais e estruturais, regionais e nacionais, oficiais e populares, coexistindo em vários tempos históricos" (10). A esse complexo é que chamamos de objeto histórico, que não vem a ser outra coisa senão um conjunto de elementos interdependentes, ou seja, um sistema. Cabe pois, na análise de um objeto histórico determinado, indagar quanto ao seu estado. É a esse estado que se referem propriamente aqueles três aspectos fundamentais: os aspectos conjunturais, os aspectos estruturais e os aspectos "eventuais".

Os aspectos "eventuais", ou relativos a acontecimentos de curtíssimo prazo, que têm lugar num âmbito estritamente individual, são o que menos interessa ao historiador na análise e interpretação do seu objeto histórico. Nas palavras de Barraclough, são as conjunturas e as estruturas que fornecem o quadro onde se representa o drama dos acontecimentos, o teatro onde o indivíduo interpreta o seu papel efêmero: "Sai o ator, fica o palco, e outros atores se lhe sucederão em cena, no dia seguinte e no outro, igualmente brilhantes, igualmente convincentes, igualmente efêmeros" (11). A simples narração desses acontecimentos, na sua sequência correta e ainda que cercada da mais meticolosa cautela quanto a sua exatidão, não constitui propriamente uma interpretação histórica, porquanto não é ainda significativa. Um conjunto sequenciado de "fatos", como queriam os positivistas, não é significativo até que esses fatos sejam integrados segundo uma moldura teórica interpretativa aos níveis conjuntural e estrutural. De fato, como diz José Honório Rodrigues, "(os fatos) não falam por si. Cabe ao historiador interpretá-los, revelar-lhes o sentido. Por isso o historiador é sempre seletivo" (12), um assunto, este da seleção, ao qual já prometemos voltar. Para Macaulay, os fatos não passavam do lixo da história (13). Pavlov, numa carta aos jovens, ao mesmo tempo que os exortava a que fossem fiéis aos fatos — "esta (que é) a atmosfera do cientista" — prevenia: "Esforcem-se, porém, para não abandonar os fatos à superfície. Não se transformem em arquivistas de fatos. Tentem penetrar no mistério de sua origem" (14). E Marc Bloch era veemente: "A história só terá o direito de reivindicar o seu lugar entre os conhecimentos realmente dignos de esforço na medida em que, em vez de uma simples enumeração (de fatos), sem relações e quase sem limites, ela nos prometa uma ordenação racional e uma progressiva inteligibilidade" (15).

O trabalho do historiador já se inicia ao nível dos aspectos conjunturais de um objeto histórico determinado. Estes aspectos são de percepção relativamente direta — desde que o historiador esteja munido de uma adequada "construção interpretativa teórica", para citar mais uma vez José Honório Rodrigues (16) —, porque a conjuntura reflete a aparência imediata e "instantânea" da realidade no momento da análise. Quando se analisa a conjuntura, está-se considerando, por assim dizer, apenas aquela "superfície" dos fatos a que se referia Pavlov. A análise conjuntural, por isso, é sempre mais "leve" e mais rápida, no sentido de que exige relativamente menos recursos de tempo, informação e de mobilização de construções teóricas interpretativas (modelos). É uma análise necessariamente de prazo mais curto do que a análise estrutural, mais "estática", no sentido de que fornece apenas uma "fotografia" instantânea do estado ou quadro geral do objeto histórico num momento determinado.

Mas a análise histórica propriamente dita é aquela que desce fundo ao nível estrutural do objeto histórico: "(...) o estudo da estrutura mostra as raízes, os fundamentos, a substância da realidade" (17). Os aspectos estruturais de um objeto histórico são sempre por isso mesmo, de percepção bem mais difícil, porque indireta, já que se referem à realidade histórica subjacente, onde forças sociais poderosas estão agindo dinamicamente. Enquanto as mudanças da conjuntura são superficiais e aparentes — quer dizer, diretamente visíveis, tendo lugar "aqui e agora", as mudanças estruturais são profundas e invisíveis, necessariamente de longo prazo e exigem do observador o domínio de todo um complexo arcabouço teórico para a sua correta interpreta-

dor o domínio de todo um complexo arcabouço teórico para a sua correta interpretação. O resultado de uma análise de estrutura — que é tipicamente uma análise histórica a que ocorrem praticamente todas as ciências humanas (principalmente a sociologia e a economia) — pode ser comparado a uma “radiografia” em câmara lenta de uma sociedade ou de uma cultura.

A forma (lógica) desse resultado — a explicação histórica — está bem resumida por Ernest Nagel numa passagem de seu livro que iremos em seguida parafrasear (18).

Diante da realidade histórica — uma massa (ainda mais ou menos informe) de várias realidades “geográficas”, “sociais” e “individuais” coexistindo em vários tempos históricos diferentes —, o historiador deverá operar uma seleção que determinará o que é para ele o seu objeto de investigação. Esse objeto será inicialmente um agregado de acontecimentos primários e secundários, munido de uma estrutura (implícita) que transforma esse agregado em um sistema de acontecimentos, sistema esse que se tornará explícito ao final da análise e exprimirá um comportamento ou uma ação (complexa) que ocorreu no passado e que quer explicar.

Se E_t representa esse objeto, datado no período t , a composição desse objeto corresponde a um conjunto de acontecimentos E_t^0 (chamado acontecimento primário) e $E_t^1, E_t^2, \dots, E_t^n$ (acontecimento secundário), tendo como componentes um conjunto de forças sociais $F_1, F_2, \dots, F_i, \dots, F_n$ interagindo dinamicamente de uma maneira R_t . A análise dessas interações R_t entre os acontecimentos E_t^n e o acontecimento E_t^0 (que se quer explicar) revelará ou decifrárá a conjuntura de E_t , ou seja, mostrará, no máximo, as suas componentes ou causas imediatas. Para alcançar a estrutura do acontecimento (complexo) E_t^0 , entretanto, será necessário aprofundar a análise, começando por remontar a um período s suficientemente anterior a t , quando então as forças sociais F_1, F_2, \dots, F_n estavam relacionadas, digamos, da maneira R_s . O sentido disto é que R_s constitui uma configuração (ou estrutura) de forças sociais em equilíbrio (relativo), no período (anterior) s , e que ocorre uma mudança social profunda nessa configuração na passagem para o período posterior t . Essa mudança é tipicamente o que se chama de uma mudança estrutural. Ao historiador interessa então responder à seguinte indagação crucial: como e por que as forças sociais subjacentes F_n , que interagiam do modo R_t ? A resposta a essa pergunta revela tipicamente um acontecimento “precipitador”, e_r , que afetou uma ou mais forças componentes F_i e, assim, rompeu o equilíbrio que caracterizava a estrutura R_s , fazendo-a evoluir para uma nova estrutura R_t .

O exemplo clássico geralmente invocado para ilustrar a forma da explicação histórica, resumida acima, é a queda da República de Weimar e a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha nos anos subsequentes. As forças sociais subjacentes F_n , numa interação de equilíbrio (relativo) R_s , correspondiam à ação das diversas classes sociais — os militares e os Junkers, comprometidos com os ideais da aristocracia rural prussiana; vários grupos econômicos, representados pelos industriais e pelos banqueiros; os operários, mais ou menos comprometidos com os ideais socialistas; a classe média, representada pelo comércio e pelos funcionários do setor de serviços; os camponeses, tradicionalmente marginalizados do processo; e os industriais e banqueiros dos países aliados, que faziam oposição cerrada ao socialismo. As condições objetivas para a ocorrência do acontecimento “precipitador” e_r , que irá iniciar a transformação estrutural R_s em R_t , começam a ser geradas logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Barraclough chega a afirmar, em seu livro “The Origins of Modern Germany”: “(. . .) a sorte (da República de Weimar) já estava lançada desde 1919”. A classe média apoiava a República de Weimar, não influiu (ainda) decisivamente

te no poder e não tinha razões para aliar-se aos movimentos esquerdistas. R_s , assim, era uma configuração em equilíbrio instável. Uma das mais poderosas dentre as condições objetivas que ensejaram e_r (o acontecimento "precipitador") foi a inflação que precedeu e culminou com a crise econômica de 1929. Empobrecida pela inflação, a classe média finalmente perdeu a confiança na República de Weimar e voltou-se para o Nacional Socialismo, como única maneira de resolver os seus problemas. Foi esse o acontecimento "precipitador" que terminou por levar Hitler ao poder (R_t).

Deve ter ficado claro ao leitor que todo o mérito da explicação do acontecimento primário E_t^0 , através de e_r (o acontecimento "precipitador") — que está fundado nas forças sociais subjacentes F_n — e da mudança de estrutura $R_r - R_s$, depende, em última análise, de uma **seleção** que o historiador opera inicialmente diante de seu universo de acontecimentos, a qual, por sua vez, depende de seu quadro de referências teóricas. "O historiador é sempre seletivo", diz José Honório Rodrigues (19). Este fato não deve ser tomado como indicativo de alguma fraqueza intrínseca ao método histórico, porquanto este é um daqueles duros fatos da realidade prática do labor científico em geral, que o torna uma atividade muito menos "exata" do que julgavam os primeiros críticos da ciência. "Toda e qualquer investigação histórica impõe, desde os primeiros passos, que a pesquisa já tenha uma direção. No princípio está a inteligência. Nunca, em ciência alguma, a observação passiva deu algo de fecundo" (20), escrevia Marc Bloch quarenta anos atrás. Por outro lado, ao operar esta seleção, o historiador não somente poderá estar determinando aquilo que será seu objeto de investigação — vale repetir — como também, concebendo-o dinamicamente e sistematicamente, ele estará abrindo a possibilidade de trazer em seu auxílio todo o instrumental de análise da teoria geral dos sistemas (ou teoria geral dos modelos), no sentido de Ashby-Bunge-Thom (21), principalmente no sentido da morfogênese de Thom (teoria das catástrofes). Seria possível, assim, retomar em bases precisas e rigorosas, o problema da morfologia histórica, com o desenvolvimento de algumas técnicas de análise da informação que poderiam se demonstrar sumamente úteis ao historiador desejoso de usar os novos métodos de investigação histórica aperfeiçoados ao longo das últimas décadas e às vezes impropriamente denominados de "métodos quantitativos". Melhor seria chamar a esses métodos de estruturais — ou mesmo morfológicos —, porquanto é à forma ou estrutura do processo histórico que eles, em última análise, se referem. "Forma" ou "estrutura" na acepção rigorosa que lhe empresta a teoria geral dos sistemas.

Quando o historiador seleciona o seu objeto histórico, no fundo o que ele está fazendo é especificar um certo sistema. Um sistema de acontecimentos inter-relacionados em uma estrutura (cuja evolução ele procura analisar), sistema este que possui um modo de ação a ser decifrado ou compreendido. Essa especificação supõe seleção em dois níveis: ao nível do "ambiente" do sistema (objeto histórico) e ao nível da "composição" do sistema.

Ao nível da composição do seu objeto histórico, o historiador opera uma seleção que consiste em desprezar todos os detalhes não essenciais da situação sob análise. Esses detalhes podem ser acontecimentos irrelevantes, como também relações pouco importantes entre acontecimentos, ou certos atributos e suas relações que podem (e devem) ser abstraídos, desde que não prejudiquem a análise. Restarão, assim, apenas aqueles aspectos absolutamente imprescindíveis à caracterização do objeto histórico, entre os quais o historiador irá eleger as "variáveis" do seu "modelo" — ou fatores causais —, como também as suas inter-relações significativas (ou "parâmetros"). O modelo é, no fundo, uma representação conceptual simplificada da realidade (que poderá ou não ser expressa quantitativamente). O historiador utiliza esse modelo para facilitar a sua percepção dos fatores essenciais à compreensão daquela situação empírica.

Ao nível do "ambiente" do seu objeto histórico, o historiador seleciona aqueles acontecimentos, atributos ou relações que exercem uma influência sobre o objeto e são influenciados por ele, de modo significativo.

A estrutura do objeto histórico, ou sistema de acontecimentos, será, então, o

conjunto de todas as relações entre os seus componentes (acontecimentos, ou forças sociais subjacentes), como também de todas as relações entre esses componentes do objeto e os componentes do "ambiente" — e, principalmente, das transformações dessas relações ao longo do tempo.

Todos estes conceitos recebem, na prática da investigação, um tratamento preciso.

O objeto histórico (ou evento-sistema) E_t e o seu ambiente A_t , no período t , constituem, juntos, um "corte horizontal" que o historiador opera no universo de acontecimentos segundo um determinado nível de resolução: (E_t, A_t). Por nível de resolução se entende o maior ou menor número de aspectos distinguidos pelo investigador no seu universo de acontecimentos, ao articular o seu objeto histórico. Há, teoricamente, um número infinito de cortes horizontais possíveis, razão por que se costuma dizer que a informação histórica coletada pode ser a informação necessária à explicação de um dado objeto, porém jamais será a informação suficiente. Variando o nível de resolução com que o sistema-evento. E_t é especificado — o mesmo valendo para o seu ambiente A_t —, obtêm-se esses vários cortes, correspondendo a "camadas" mais ou menos profundas da realidade. Numa situação típica de pesquisa, o investigador depara-se sempre com a necessidade de proceder a uma sucessão de especificações de E_t e A_t , até alcançar o "melhor" corte. A decisão quanto a qual desses cortes será o melhor vai depender muito, naturalmente, da habilidade e experiência do historiador, do material bibliográfico e das fontes a seu alcance, da qualidade e da eficiência de seus modelos interpretativos, etc. A busca do melhor corte horizontal constitui parte essencial da análise de conjuntura de um objeto histórico. Como esse objeto é um sistema dinâmico, no momento de um corte horizontal ele estará em um determinado estado. Este estado, por exemplo, se se trata de um objeto passível de tratamento quantitativo, será dado pelo conjunto de valores numéricos das variáveis que especificam o sistema.

$$E_t = ((e_t^1, e_t^2, \dots, e_t^n); (a_t^1, a_t^2, \dots, a_t^m)),$$

em que os e_t^i se referem ao evento-sistema e os a_t^j ao seu ambiente. Por exemplo, os acontecimentos componentes e_t^i podem referir-se a variáveis tais como "receitas", "despesas", "investimentos", "capital", "empréstimos", etc. de uma unidade produtiva, num contexto de pesquisa em história das empresas, e os a_t^j (do ambiente) podem ser essas mesmas variáveis agregadas ao nível das empresas para dá o total das despesas do setor, etc. Parâmetros, então, poderão ser criados, através do inter-relacionamento (significativo) dessas variáveis, para dar uma descrição da empresa vis-à-vis a conjuntura.

Completada a análise conjuntural, caberá fazer o "corte vertical" no universo de acontecimentos, o qual também poderá variar, dependendo da escala (mais "fina" ou mais "grossa") da cronologia adotada. Criam-se assim séries temporais correlacionadas,

$$e_{t-1}, e_{t-2}, \dots, e_{t-k}$$

$$a_{t-1}, a_{t-2}, \dots, a_{t-j}$$

que ensejarão a obtenção de parâmetros agora observados segundo uma perspectiva dinâmica. Passa-se, assim, da visão conjuntural para a visão estrutural do objeto histórico — uma análise que só estará completa quando forem pesquisadas as "forças sociais" que expliquem o dinamismo "subterrâneo" desses parâmetros.

O mais importante nesses parâmetros não é tanto que eles constituam indicadores quantitativos de estrutura, mas que eles sejam parâmetros articulados em um sis-

tema de acontecimentos, cujo comportamento lança uma luz sobre o acontecimento primário que se quer explicar. Essa característica de sistema permite, inclusive, que se possa trabalhar também com indicadores qualitativos (por exemplo: indicadores sociais e políticos), sem que a análise deixe de ser igualmente rigorosa.

O interesse prático dessa abordagem está em que, através dela, pode-se testar com precisão a delimitação de um objeto histórico dado, através de uma sequência adequada de cortes horizontais e verticais rigorosamente controlados pela observação de parâmetros estruturais quantitativos ou qualitativos especificamente construídos para esse fim e articulados em um sistema de informações que torna a chamada análise contrafactual um exercício preciso de simulação.

Desta maneira, alguns problemas clássicos de metodologia histórica podem ser tratados a partir de um ponto de vista novo e, talvez, mais heurístico. É o caso, por exemplo, do problema da periodização. Uma técnica sistemática de controle dos cortes cronológicos necessários à separação de um universo histórico em períodos significativos, vale dizer, com sólido fundamento real nas condições objetivas prevalentes em cada momento da realidade — e não mais unicamente dependentes da intuição do historiador (esta, naturalmente, indispensável e insubstituível) — representa também um instrumento poderoso de prospecção, capaz de testar criticamente as periodizações já estabelecidas e aceitas, como também, por **feedback**, os próprios quadros teóricos de referência sobre que se apoiam a observação e a interpretação do investigador.

O universo histórico sob investigação é encarado como um espaço informacional no qual o pesquisador percebe (ou descobre) "regiões" de "pontos" — sistemas (de acontecimentos) — que possuem estados (ou configurações internas) bem definidos e que, por isso mesmo, são estáveis, isto é, não experimentam mudanças quantitativas, assim mesmo dentro de certos limites críticos. Essas "regiões" de "pontos" do espaço informacional histórico, cujos estados permanecem (relativamente) estacionários, constituem singularidades desse espaço, ou "catástrofes", no sentido de Thom, ou ainda sistemas (relativamente) isolados de acontecimentos — objetos históricos, enfim — que, durante um período determinado, possuem uma forma (ou estabilidade estrutural) definida. Mudanças quantitativas suficientemente grandes nos seus parâmetros estruturais podem romper aqueles limites críticos e ensejar um "salto qualitativo" ou mudança de forma do objeto histórico.

O universo histórico, portanto, não é caótico, como nos fazem crer a extraordinária complexidade inerente à sua análise e a aparente inconciliabilidade dos fatos históricos. É possível observar e delimitar, no fluxo permanente das conjunturas, formas típicas estáveis (as estruturas), às quais damos nomes característicos: a "revolução de 1930", o "colapso da 3.ª República", "o ciclo da mineração" do século XVIII, etc.

Assim, sem cair na armadilha positivista, que nos tentaria a constranger a explicação histórica dentro dos estreitos limites do determinismo — ou de suas sutis versões mais recentes, mesmo as mais mitigadas —, podemos tratar a informação histórica segundo um método de investigação perfeitamente rigoroso e geral.

Parece claro, pois, que a tarefa de superar a clivagem (moderna) entre a biologia e as ciências "exatas", ou, o que é mais interessante, entre a história e as demais ciências — sem termos que apelar para a hipótese teleológica — não somente é possível, através da visão praxeológica (ou sistêmica), como também é capaz de liberar resultados práticos em bases francamente operacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Nagel, E., "The Structure of Science-Problems in the Logic of Scientific Explanation", Harcourt, Brace & World, New York, 1961, p. 400
- (2) Menezes, D., "O Outro Nordeste", Artenova, 2.ª ed., Rio, 1970, pp. 7-10 (grifos nossos)

- (3) **Spengler, O.**, "La Decadência de Occidente-Bosquejo de una morfologia de la historia universal", trad. de Manuel Garcia Morente, Calpe, 2.º ed., Madrid, 1925
- (4) **Barzum, J.**, "Clio and the Doctors-Psycho-History, Quanto-History and. History", The University of Chicago Press, Chicago, 1974, p. 89
- (5) **Rodrigues, José Honório**, "Teoria da História do Brasil", Comp. Editora Nacional, 5.º ed.. São Paulo, 1978, p. 14
- (6) **Nagel, E.**, ob. cit., p. 551 e ss.
- (7) Entrevista nas páginas amarelas de VEJA, 25/03/1981
- (8) **Rodrigues, J. H.**, "Filosofia e História", Ed. Nova Fronteira. Rio, 1981, p. 19
- (9) **Barraclough, G.**, "A História", vols. I e II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1980
- (10) **Rodrigues, J. H.**, ob. cit., p. 9 e ss.
- (11) **Barraclough, G.**, ob. cit., vol. I, p. 89
- (12) **Rodrigues, J. H.**, ob. cit., p. 14
- (13) citado por José Honório Rodrigues, p. 14., ob. cit.
- (14) **Pavlov, I.**, "Carta aos Jovens", citado por Claudio Moura Castro, em "A Prática da Pesquisa", MacGraw-Hill do Brasil, S. Paulo, 1978
- (15) **Bloch, Marc**, "Apologie pour l'Histoire", 1949, citado por G. Barraclough, ob. cit., pp. 84 e 103
- (16) **Rodrigues, J.H.**, ob. cit., p. 14
- (17) **Rodrigues, J. H.**, ob. cit., p. 9
- (18) **Nagel, E.**, ob. cit., pp. 573-574
- (19) **Rodrigues, J. H.**, ob. cit., p. 14
- (20) **Bloch, Marc**, ob. cit., p. 274
- (21) **Ashby, R.**, "An Introduction to Cybernetics", Chapman & Hall, London 1970; Bunge, M. "Treatise on Basic Philosophy — Vol. 4 A World of Systems", D. Reidel, Holland, 1979; **Thom, R.**, "Structural Stability and Morphogenesis", W. A. Benjamin, Massachusetts, 1975